

...continuação

FINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021
PIS diferido		558	33.433	4.871	28.562
COFINS diferido	156.563	2.566	153.997	22.436	131.561
Total.	190.554	3.124	187.430	27.307	160.123

## 13.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2023	Movi-	Total	Movi-	Total
	mentação	31/12/2022	mentação	31/12/2021	mentação
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa	(5.590)	(245)	(5.345)	8.319	(13.664)
Lucro diferido da construção	11.814	(102)	11.916	1.417	10.499
Receita de ativo financeiro/AVP	106.335	20.481	85.854	18.627	67.227
Ajuste IFRS 15/CPC 47	183.904	963	182.941	33.368	149.573
Outras provisões	(1.063)	(1.063)			
Total não circulante	295.406	20.034	275.366	61.731	213.635
Detalhamento do não circulante	31/12/2023	31/12/2022			
Ativo	5.590	(5.345)			
Passivo	300.990	280.111			
Total ativo/passivo diferidos	295.400	275.366			

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituidos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros. Com base no plano de negócios da Companhia, é estimado que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados conforme demonstrado abaixo:

Períodos	31/12/2023	31/12/2022
2023	1.355	
2024	3.990	3.990
2025	1.600	
Total	5.590	5.345

14. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 05 de setembro de 2022, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração - RCA, aumento de capital no montante de R\$30.500 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$176.501.000,00 para R\$206.501.000,00, com a emissão de 30.500 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada. Em 05 de maio de 2023, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("ações da requerente") delida pela Cymy Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestatégica, conforme livre de transferência de ações arquivadas na Companhia sendo celebrado nessa mesma data o 4º Aditamento ao Acordo de Investimento e Outras Arendas ("SPA" ou "Contrato"), dentro de outros documentos. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$206.501.000 dividido em 206.501.000 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Quotistas		
Cymy Construções e Participações S.A.	165.200.800	80%
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestatégica	41.309.200	20%
Total	206.501.000	100%

b) Política de dividendos: As acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, com base nos termos do artigo 20 da Lei n° 6.407/84. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, prata da, Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda, computados antes da dedução dos lucros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGE: realizada na data 30 de abril de 2023 às 11:00 horas, os antigos acionistas renunciaram os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2022, no montante de R\$34.032,00, os quais foram destinados a reserva de lucro. Conforme Assembleia Extraordinária - AGE realizada na data 23 de junho de 2023 às 13:00 horas, foi aprovado a declaração e o pagamento de dividendos originários da reserva de lucros no montante de R\$8.088,00, e juros sobre capital próprio no montante de R\$25.942. Os valores foram totalmente pagos na mesma data da deliberação. Conforme Assembleia Extraordinária - AGE realizada na data 20 de dezembro de 2023 às 10:00 horas, foi aprovada a declaração e o pagamento de dividendos originários da reserva de lucros no montante de R\$168.302, e juros sobre capital próprio no montante de R\$21.698 orçados do lucro acumulado do exercício de 2023. Os valores foram totalmente pagos na mesma data da deliberação. Abaixo a composição e apresentação dos montantes relacionados a pagamentos e provisões de dividendos e juros sobre capital próprio sobre o lucro líquido auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.407/84, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais: Conforme laudo constitutivo nº 009/2023 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 20 de julho de 2023, foi garantido à Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. pelo diretor da gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição do direito do benefício fiscal consignado no referido laudo, é o de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2031. e) Reserva de lucros a realizar: O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. Os administradores efetuaram a proposta sobre a destinação desse saldo em Assembleia Geral. 15. Recelta operacional líquida: Segue abaixo a conciliação entre a retelta bruta e a retelta

apresentada na demonstração resultante do exercício:

16. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de mercado; (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aquela está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controlo de riscos e revisa a adequação da estratégia de gerenciamento de riscos regularmente. A Companhia tem como objetivo garantir que os riscos assumidos e fatores de risco também são considerados ao longo do tempo. b) Risco de capital: A Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são considerados próximos ao valor dos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimento e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

18. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

19. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de mercado; (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aquela está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controlo de riscos e revisa a adequação da estratégia de gerenciamento de riscos regularmente. A Companhia tem como objetivo garantir que os riscos assumidos e fatores de risco também são considerados ao longo do tempo. b) Risco de capital: A Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são considerados próximos ao valor dos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimento e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

20. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2023 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

21. Contingências: A Companhia é parte em demandas trabalhistas, civis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas periodicamente, com base no resultado da avaliação da probabilidade de ocorrência e da magnitude da perda estimada. A Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passíveis com prognóstico provável de perda. Contingências passíveis com avaliação de risco possível: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que o resultado é incerto e que não é possível estimar a probabilidade de ocorrência e a magnitude da perda. Contingências que não possuem processo judicial que se encaminha para a julgada: Eles são considerados contingências que não possuem nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras. 22. Eventos subsequentes: Deliberação de juros sobre capital próprio não pagos: Na data 31 de janeiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$4.82 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de janeiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025 na data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Na data 29 de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025. Data 29 de fevereiro de 2024 conforme Assembleia Extraordinária - AGE as 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês